Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 13

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
INSS muda regras do auxílio-doença sem perícia e cria reanálise após benefício negado 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Imposto Seletivo: alíquota provoca reação 5

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL
Perdão da dívida de MEI será automático a partir de 1º de janeiro; veja regras 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Durigan nega adiamento da reforma tributária 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
CNI pede a Senado que reduza alíquota da CBS 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Alíquota sobre petróleo exportado vai até dezembro 10

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL
Meu medo é o governo Lula buscar atalhos e brigar com o mercado : por que professor em Cambridge defende ajuste fiscal suave 11

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Tarcísio deve nomear Salles como secretário de Justiça e Cidadania 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL
Déficit da Previdência pode ficar até R$ 98 bi maior com ampliação do MEI 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Seletivo é mais um sinal de ajuste pela receita, afirma Leal de Barros 19

G1 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Dólar abre em alta, com foco em dados de emprego dos EUA e temores com papéis de IA 21

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Nova redução de benefícios tributários pode compor medidas para reforçar resultado fiscal 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Oásis fiscal paraguaio era uma miragem que atraiu empresas brasileiras 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
"Não há fórmula mágica", diz Durigan 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Mercado vê pausa no ciclo de cortes, mas descarta chance de alta da Selic 27

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Socorro aos Correios e dividendo menor de estatais criam desafio de R$ 26 bi 28

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA
Democratas e republicanos iniciam movimentos para sucessão de Trump 29

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA
'Trump sabe que é do seu interesse cooperar', diz analista 31

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
"Onda azul" revive temores sobre IA e derruba Wall Street 33

INSS muda regras do auxílio-doença sem perícia e cria reanálise após benefício negado

Por Lígia Vieira, g1 e TV Globo - Brasília

Com a mudança, o segurado que tiver o benefício negado por parecer técnico na análise dos documentos poderá pedir uma reanálise em até 10 dias, contados a partir da ciência da decisão. Nessa etapa, poderá apresentar novos documentos médicos ou odontológicos.

A mudança consta de portaria conjunta publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira (6) e já está em vigor.

A norma também determina que, depois de dois indeferimentos seguidos pela análise documental, os pedidos posteriores sejam encaminhados obrigatoriamente para perícia médica.

A reanálise vale para os casos em que o benefício é negado por parecer técnico na análise documental.

Com a alteração, o segurado poderá apresentar um pedido de reanálise da documentação médica antes de recorrer da decisão.

O prazo será de dez dias após o segurado tomar ciência da negativa. A análise ficará a cargo da Perícia Médica Federal. O trabalhador também poderá usar essa oportunidade para apresentar novos documentos médicos ou odontológicos.

Segundo a portaria, se o segurado optar por entrar diretamente com recurso enquanto ainda estiver correndo o prazo de dez dias para a reanálise, perderá a possibilidade de pedir essa nova avaliação.

Já para quem solicitar a reanálise, o prazo para entrar com recurso começará a contar a partir da ciência da decisão sobre o novo pedido.

As novas regras valem para as negativas comunicadas aos segurados a partir desta sexta.

O governo também alterou a regra para quem recebe sucessivas negativas na análise documental.

A partir de agora, após dois indeferimentos consecutivos, os requerimentos seguintes deverão ser encaminhados obrigatoriamente para agendamento de exame médico-pericial.

A perícia poderá ser presencial ou feita por telemedicina, desde que o segurado cumpra os requisitos para esse tipo de atendimento.

Essa exigência continuará valendo para os pedidos seguintes até que haja eventual concessão de benefício por incapacidade por meio de perícia presencial ou por telemedicina.

A análise documental é feita pelo chamado Atestmed, sistema que permite ao segurado pedir o auxílio por incapacidade temporária apresentando documentos médicos, sem a necessidade imediata de uma perícia presencial. O pedido pode ser feito pelo site ou aplicativo Meu **INSS**, com o envio de atestados e exames complementares.

O auxílio por incapacidade temporária, também conhecido como auxílio-doença, é destinado a trabalhadores segurados pelo **INSS** que ficam temporariamente impossibilitados de trabalhar em razão de doença ou outra condição de saúde.

As regras do Atestmed foram reformuladas neste ano. Em março, o governo ampliou de 60 para até 90 dias o período máximo de afastamento que pode ser concedido por meio da análise documental. Segundo o governo, a medida buscava reduzir a demanda pelas perícias presenciais e ajudar a diminuir a fila do **INSS**.

Em setembro, o Ministério da Previdência e o **INSS** prorrogaram por mais 365 dias a regra que permite a concessão do benefício por até 90 dias por meio da análise documental.

Para que o pedido seja analisado, os documentos médicos devem estar legíveis e sem rasuras. Também precisam conter informações como identificação do segurado, data de emissão, tempo estimado de afastamento, diagnóstico ou código da Classificação Internacional de Doenças (CID) e identificação do profissional responsável.

As regras do Atestmed vêm passando por mudanças após cobranças do Tribunal de Contas da União (TCU).

Em novembro de 2025, o tribunal determinou que o Ministério da Previdência, o **INSS** e a Dataprev

adotassem medidas para reduzir riscos de fraude no sistema.

Entre as determinações estavam a adoção de mecanismos para verificar a autenticidade dos atestados, a organização de dados relevantes sobre os profissionais responsáveis pelos documentos e o reforço dos controles internos.

O TCU também determinou providências para garantir a avaliação da efetiva incapacidade do segurado e a definição do período adequado de afastamento, além da possibilidade de negar o pedido quando houver indícios de fraude ou falta de direito ao benefício.

Site:
https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/11/06/inss-muda-regras-do-auxilio-doenca-sem-pericia-e-cria-reanalise-apos-beneficio-negado.ghtml

Imposto Seletivo: alíquota provoca reação

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA » RAPHAEL PATI

O ministro da Fazenda, Da-rio Durigan, afirmou ontem que o Imposto Seletivo, criado pela **Reforma Tributária** e com previsão de começar a valer a partir de fevereiro de 2027, não terá finalidade ar-recadatória. A Medida Provisória 1399/2026, que define as alíquotas do novo tributo, foi publicada na quarta-feira, em edição extra do Diário Oficial da União (DOU).

Segundo ele, o objetivo é desestimular o consumo de produtos nocivos à saúde ou ao meio ambiente, como bebidas alcoólicas, cigarros, refrigerantes, jogos de azar, automóveis a combustão, embarcações e aeronaves.

"Estamos acabando com o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), que é um imposto sobre produtos industrializados que atinge tudo que sai da indústria brasileira. Então, o IPI deixa de existir a partir do ano que vem e nós vamos ter esse Imposto Seletivo, que não tem finalidade arrecadatória, mas tem uma finalidade de evitar o consumo, diminuir o consumo de alguns produtos" disse o ministro.

Conhecido como "imposto do pecado" o tributo estabelece regime de implementação gradual, em substituição ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) até dezembro do ano que vem. No primeiro ano de aplicação, produtos elegíveis à cobrança do IS terão alíquotas do novo imposto correspondentes às atuais do IPI.

No entanto, no primeiro ano de vigência, as alíquotas do tributo serão multiplicadas por fatores de conversão para preservar a arrecadação equivalente à do IPI. A medida provisória também define mecanismos de equivalência tributária para bens nacionais e importados, com aplicação de fatores de ajuste para a importação. Produtos destinados à exportação ficarão isentos da cobrança.

A manuteção da carga tributária do IPI para produtos que entram na lista do imposto seletivo, segundo Durigan, foi feita em acordo com setores abrangidos pela nova taxa. Ele reafirmou o compromisso de debater com os setores as alíquotas

definitivas, que valerão a partir de 2028. O governo deve enviar ao Congresso, até 31 de maio de 2027, um projeto de lei com os percentuais.

"É uma medida provisória do Imposto Seletivo, que está indo ao Congresso, mas também já bem pactuada e de amplo conhecimento do Congresso. Espero que a gente avance com rapidez" declarou.

Repercussão

O advogado empresarial Oksan-dro Gonçalves, professor de direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), acredita que a MP não cumpre a função extrafiscal do Imposto Seletivo de desestimular o consumo de bens prejudiciais à saúde. Na visão do especialista, as alíquotas do IS em

2027 foram herdadas do atual IPI, que tem uma estrutura de alíquotas construída ao longo de décadas com finalidade arrecadatória e de política industrial. "A seletividade, que é a razão de existir do tributo, fica para 2028, se o Congresso quiser", avaliou o advogado.

"Isso é juridicamente relevante porque, se o Imposto Seletivo em 2027 é mera continuidade do IPI, o argumento de que ele é tributo novo para fins de anterioridade fica enfraquecido e, inversamente, o argumento de que ele é o mesmo tributo com outro nome pode ser usado para questionar a necessidade de nova sujeição passiva ou de novas obrigações acessórias" acrescentou Gonçalves.

O especialista ressalta, ainda, que as empresas devem ficar

atentas a três medidas importantes a serem adotadas. Uma delas é acompanhar a conversão da MP, cujo prazo é de 120 dias. Caso não vire lei, o imposto cobrado é indevido. "Se for convertida com emendas, a data de efeitos pode ser questionada" destacou o advogado.

"A segunda medida é acompanhar o projeto de lei de 2028, previsto no art. 15, com prazo até 31 de maio de 2027, porque é ali que se define o regime permanente, e o que está na MP é transitório. A terceira é avaliar contencioso preventivo, mas isso gera riscos relevantes de passivos tributários" completou.

Entidades

A Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo) criticou

a MP em nota divulgada ontem. Segundo a entidade, o

texto teria elevado em 55,6% a alíquota específica hoje aplicada aos cigarros. O setor pede que o governo reveja a decisão e adote "um patamar de tributação compatível com a realidade brasileira".

A Abifumo argumenta que o aumento amplia a diferença de preço entre o produto legal e o ilegal, o que favorece o mercado clandestino e penaliza a indústria formal.

A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) reconheceu que o governo cumpriu o que foi combinado com os setores atingidos. Como o Imposto Seletivo é recolhido uma única vez, pela indústria, e chega aos estabelecimentos embutido no preço de compra, a troca de um tributo pelo outro

não deve alterar de forma significativa o custo das bebidas.

A entidade ainda analisa os efeitos para cigarros e destilados, em razão das mudanças recentes no IPI, e o papel da alíquota no combate ao mercado ilegal desses produtos.

"Nesta etapa, o governo honrou o combinado. Isso dá previsibilidade a um setor que trabalha com margens apertadas e planeja o cardápio com meses de antecedência. Mas ainda há detalhes que estamos avaliando, principalmente em relação a bebidas destiladas e cigarros" afirmou Paulo Solmuc-ci, presidente da Abrasel.

Bets e arrecadação

Além de comentar o imposto seletivo, no ministério da Fazenda, ontem, Durigan admitiu que a proibição das casas de apostas, decretada pelo governo em meio à campanha eleitoral, reduzirá a previsão de arrecadação do tributo em 2027, já que as bets integravam a base de cálculo. Por isso, disse ele, será preciso ajustar a proposta orçamentária do próximo ano, que ainda será votada pelo Congresso. A estimativa original do governo era arrecadar R$ 41,9 bilhões com o Imposto Seletivo em 2027.

De acordo com a **Receita Federal**, a taxação das bets rendeu R$ 15,3 bilhões aos cofres federais entre janeiro de 2025 e setembro deste ano, quando as apostas online foram vetadas por MP. O ministro, porém, minimizou o impacto fiscal e argumentou que os recursos não deixam de circular.

"Esse dinheiro não desaparece, é algo como R$ 60 bilhões por ano que deixa de ser canalizado para as apostas, mas tem sido canalizado para outras atividades da economia, como varejo, atacado, que têm percebido já o aumento da atividade. Este ano temos uma arrecadação próxima de R$ 10 bilhões. Mas acomodamos o orçamento. Isso não vai trazer dificuldade para as receitas", afirmou. Na avaliação da equipe econômica, o consumo desviado das apostas tende a reforçar a arrecadação de outros **tributos** federais.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/11/06/all.pdf

Perdão da dívida de MEI será automático a partir de 1º de janeiro; veja regras

Adicione como fonte preferencial no Google

O cancelamento total das dívidas de contribuição mensal do MEI (Microempreendedor Individual) , vencidas até 13 de outubro de 2026, será automático a partir de 1º de janeiro de 2027.

A PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) publicou portaria que detalha as regras.

"Os microempreendedores não precisam fazer nenhum pedido. O cancelamento das dívidas será feito de forma totalmente automática nos sistemas", afirma a procuradoria, em nota.

O perdão inclui tanto os débitos inscritos em dívida ativa da União, cobrados pela PGFN, e que estão no Regularize , quanto os não inscritos, sob administração da **Receita Federal**, que podem ser vistos no Portal de Serviços da Receita .

O benefício será aplicado aos débitos federais, mesmo que estejam parcelados, transacionados, negociados, garantidos ou suspensos.

A medida não se aplica aos **impostos** estaduais e municipais (ICMS e ISS), que continuarão sendo cobrados, mesmo que seus valores estejam incluídos no mesmo documento de arrecadação (DAS MEI) que a contribuição perdoada.

Quais são as regras?

Para saber mais, acesse o Perguntas e Respostas preparado pela Procuradoria sobre as regras da portaria.

Prospera MEI

A medida faz parte das ações voltadas para quem trabalha por conta própria, o Prospera MEI , e vai beneficiar cerca de 3,6 milhões de microempreendedores individuais em todo o país.

Na PGFN, as dívidas dos MEIs somam R$ 12,57 bilhões, sendo que, desse total, quase 86% (cerca de R$ 11 bilhões) são considerados valores de difícil ou impossível recuperação aos cofres públicos.

Alívio nas contas

O especialista em direito tributário Fabrício Tonegutti afirma que, para quem acumulou esse tipo de débito, pode representar um alívio importante. Mas é preciso separar o que está abrangido e o que continua sendo cobrado.

A Lei Complementar 238, sancionada em 21 de outubro, prevê o cancelamento de 100% da contribuição previdenciária do próprio MEI que venceu até 13 de outubro de 2026.

"É aquela parte do **INSS** que vem no DAS mensal. O perdão alcança o valor principal e também os juros, multas e encargos daquela dívida", afirma Tonegutti, que é diretor da Mix Fiscal.

Ele esclarece que, mesmo que a dívida seja antiga, o boleto inteiro pode não desaparecer. "O DAS pode reunir até três cobranças: o **INSS** do empreendedor, o ICMS, que é estadual, e o ISS, que é municipal. O perdão alcança a parte previdenciária. ICMS e ISS continuam devidos", afirma.

Veja as orientações do especialista a seguir:

Passo a passo

Segundo ele, há também um cuidado para quem está pensando em aposentadoria: não conte automaticamente os meses perdoados como tempo de contribuição ou carência.

"As regras que consultamos não asseguram esse reconhecimento automático. Confira o extrato no Meu **INSS** e, se esses períodos forem importantes para um benefício, peça uma análise do seu histórico", conclui.

Site: https://noticias.r7.com/prisma/conta-em-dia/perdao-da-divida-de-mei-sera-automatico-a-partir-de-1-de-janeiro-veja-regras-06112026/

Durigan nega adiamento da reforma tributária

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse nesta quinta-feira (5) que a implementação da **reforma tributária** sobre consumo está mantida para janeiro de 2027, apesar de pedidos de adiamento. A Contribuição sobre Bens e Serviços

o (CBS) entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027, em substituição aos **impostos** federais sobre o consumo, o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins). Ele não descartou, no entanto, a flexibilização de prazos para o cumprimento de obrigações acessórias

Durigan disse que o sistema tributário sobre o consumo em vigor é ruim e precisa ser melhorado. Com objetivo de evitar insegurança no setor produtivo, ele afirmou que o governo federal anunciará programas de conformidade para os contribuintes que não atuarem de má-fé no início da implementação da reforma. "Eu vou tranquilizar os setores, porque temos feito uma série de medidas para dizer aos contribuintes e lideranças empresariais", afirmou a jornalistas na sede da pasta, em Brasília.

No entanto, disse que, "se tivermos que estender prazo de multa ou de prestação de informação acessórias, nós vamos fazer isso". Informações acessórias são, por exemplos, documentos que o contribuinte precisa apresentar para a **Receita Federal**.

Durigan afirmou ainda que foi feito acordo com os setores alvos do Imposto Seletivo, voltado aos produtos considerados nocivos à saúde e ao meio ambiente, como tabaco. Será feita uma transição para manter a carga tributária atual do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em 2027, mas com "compromisso" de se realizar um debate sobre as alíquotas a partir de 2028. O ministro defendeu que o tributo "não tem finalidade arrecadatória".

Conforme a medida provisória (MP) enviada na quarta-feira (4), as alíquotas finais do Seletivo serão de 2,6% para as bebidas açucaradas e de 4,2% para cervejas. Para as demais bebidas alcoólicas, os percentuais vão de 8% a 24%.

CNI pede a Senado que reduza alíquota da CBS

Nota diz que revisão é necessária para que não ocorra aumento da tributação

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) afirmou nesta quinta-feira (5) que a alíquota de 11,3% prevista para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que vai começar a vigorar em janeiro de 2027, está acima do nível necessário para manter a carga tributária. A entidade defendeu que o Senado reduza o percentual "para que as empresas e a sociedade não sofram com novos aumentos de tributação".

A nota foi publicada depois de o Tribunal de Contas da União (TCU) definir, na semana passada, a alíquota de referência de 11,3% para a CBS, criada pela **reforma tributária** sobre consumo. O Senado tem até 15 de dezembro para dizer se aceita ou escolhe outra alíquota. Se nenhuma alíquota diferente for aprovada até esse prazo, prevalecerá a definida pelo TCU.

Para a CNI, a análise do Senado tem que "ponderar os elementos políticos e os elementos técnicos" e "alcançar o equilíbrio entre os anseios dos consumidores e dos setores produtivos".

A confederação defendeu que a carga tributária já está acima do limite para um país em desenvolvimento e que não se pode ter "a miopia de que não há limites para impor novos custos ao consumidor".

A reforma substitui o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto Sobre Serviços (ISS) e reduz a zero, para a maior parte dos produtos, a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Em seu lugar, cria a CBS, do governo federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de Estados e municípios. Amos, por sua vez, formam o Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Com a CBS em 11,3%, alguns tributaristas projetam que a alíquota do IVA poderá superar 30%. Já o Ministério da Fazenda afirma que a alíquota média efetiva da CBS ficará, na prática, abaixo de 8,5%, depois de reduções previstas na reforma.

Para a CNI, as discrepâncias nas projeções podem estar em variáveis como a redução da sonegação que será obtida com a reforma, o redutor sobre compras públicas e as hipóteses de arrecadação com o Imposto Seletivo e o IPI residual. "Do ponto de vista técnico, a necessidade de novas discussões se justifica pela natureza dos exercícios de projeção, que estão sujeitos a variáveis para as quais existe uma série de incertezas", disse a CNI.

Já o economista Fábio Goto calcula que a alíquota de referência da CBS poderia ser de 9,5%, com ajustes técnicos. Em nota técnica publicada, ele afirma que aprimoramentos metodológicos reduziriam o percentual em 1,8 ponto percentual em relação ao calculado pelo TCU. O economista foi secretário-adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda de 2015 a 2016.

Entre os ajustes, ele sugere que não seja utilizado período de 2012 a 2021 para calcular a receita e carga tributária média. Para o economista, o período de mensuração da receita de referência foi caracterizado por arrecadação elevada, em boa parte anteriores aos efeitos da "tese do século", a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

Goto afirma que, caso a referência fosse medida de 2024 e 2025, período que expurga os efeitos da incidência do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da Cofins, a alíquota de referência cairia 1 ponto percentual.

Ele também diz que haveria redução de 0,4 ponto percentual decorrente de mudanças no cálculo do hiato de conformidade, que é a diferença entre o tributo devido e o efetivamente arrecadado. O cálculo do TCU, segundo ele, desconsidera entre outros fatores a apuração assistida, que é o novo modelo de apuração dos **tributos**.

De acordo com o economista, os cálculos apresentados são preliminares e podem ser aprofundados com informações da **Receita Federal** e TCU.

"Com essas informações, será possível refinar as estimativas desta nota e contribuir para que a alíquota de referência reflita, com a maior precisão possível, a neutralidade pretendida pela reforma", afirma.

Alíquota sobre petróleo exportado vai até dezembro

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) do governo federal decidiu prorrogar até 31 de dezembro a alíquota de 12% do Imposto de Exportação sobre o petróleo bruto, afirmou uma fonte ao Valor. Esta é a terceira vez que o governo estende a cobrança do tributo, cuja vigência atual terminaria neste sábado (7).

Em 9 de julho, após perder a validade, a medida provisória (MP) que instituía uma alíquota de 12% sobre a exportação de petróleo bruto e de 50% sobre a venda de diesel ao exterior, o Comitê-Executivo de Gestão da Camex (Gecex) da Camex decidiu manter a cobrança sobre o petróleo por mais 60 dias, diante da alta dos preços da commodity na época. Em 8 de setembro, entrou em vigor uma nova prorrogação, também por 60 dias, com vencimento neste sábado.

Até agora, a cobrança do Imposto de Exportação sobre combustíveis respondeu por R$ 2,94 bilhões da arrecadação federal de setembro, segundo dados da **Receita Federal**. No ano, o tributo gerou R$ 12,87 bilhões aos cofres públicos.

O efeito do aumento das exportações, no entanto, ainda não aparece integralmente nos números porque há uma defasagem de cerca de dois meses no recolhimento do Imposto de Exportação sobre o petróleo. Assim, o dado de arrecadação de setembro, por exemplo, refletiu os embarques realizados em julho.

Desde então, o volume exportado cresceu 9% em agosto, 40% em setembro e 22% em outubro, na comparação mensal. Com esse movimento, a arrecadação mensal com o tributo pode se aproximar do dobro da média atual, de cerca de R$ 3,5 bilhões.

A cobrança do Imposto de Exportação sobre o petróleo também foi alvo de questionamentos judiciais por parte de empresas do setor. O governo, por sua vez, sustenta que o tributo tem caráter regulatório, como impedir a exportação excessiva em momentos de alta dos preços internacionais.

Meu medo é o governo Lula buscar atalhos e brigar com o mercado : por que professor em Cambridge defende ajuste fiscal suave

Mariana Schreiber - Da BBC News Brasil em Brasília

Não há atalhos para equilibrar as contas públicas e cortar os juros no Brasil, defende o economista Tiago Cavalcanti, brasileiro professor titular da Universidade de Cambridge, no Reino Unido.

Na sua visão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) precisa anunciar rapidamente medidas críveis para um ajuste fiscal gradual ao longo dos próximos anos.

A primeira delas seria anunciar sua nova equipe econômica, com nomes comprometidos com o equilíbrio das contas públicas, e garantir apoio político ao grupo.

Você pode fazer o compromisso de longo prazo. Então, não precisa cortar [de uma vez], vamos suavizar isso ao longo dos anos , propõe, em entrevista à BBC News Brasil.

Para Cavalcanti, o controle dos gastos não é incompatível com a promessa de Lula de não cortar programas sociais. Por outro lado, ele considera que é necessário mudar a regra que garante reajuste de salário mínimo acima da **inflação** sempre que há crescimento da economia - algo que Lula prometeu manter.

Na sua visão, enquanto as contas públicas não estiverem equilibradas, o governo deveria garantir apenas a reposição da **inflação**. O reajuste do salário mínimo tem impacto importante nas despesas porque é o piso para as aposentadorias e pensões do **INSS** e de benefícios como o BPC - essas despesas representam mais de 40% dos gastos primários da União.

Eu acho que recuperar o poder de compra [reajustando o salário mínimo pela **inflação**] é possível. Agora, quando você promete, além de recuperar o poder de compra, dar aumentos acima da **inflação**, e isso vai ter repercussões em todos os salários, aposentadorias, etc, já acho que começa a não ser mais compatível [com o ajuste fiscal] , disse.

Com sólida formação acadêmica, Cavalcanti tem doutorado e mestrado em Economia pela University of Illinois, nos Estados Unidos. Além de atuar em Cambridge, é professor da Fundação Getúlio Vargas. No início do ano, foi cotado para assumir uma das duas diretorias que estão vagas no Banco Central desde janeiro. Passada a eleição , há expectativa de que Lula anuncie seus indicados.

À BBC News Brasil, Cavalcanti critica a proposta de rápida redução da taxa básica de juros (Selic) apresentada por André Lara Resende, economista conhecido como um dos pais do Plano Real, que acabou com a hiperinflação nos anos 90.

Resende diz que os juros altos são o principal problema da economia brasileira, já que boa parte da dívida pública brasileira é atrelada à Selic e, por isso, sobe aceleradamente quando o Banco Central eleva a taxa. Ele propõe um novo Conselho Fiscal e Monetário Nacional que definiria metas fiscais e monetárias para um período de quatro a cinco anos à frente. O objetivo seria levar à Selic para 7,5% ao ano em 12 meses.

A proposta tem dividido economistas no país, entre críticas e apoios. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, porém, descartou a proposta e negou que Lula fosse receber Lara Resende para uma reunião.

Houve países que experimentaram isso, por exemplo a Turquia, onde teve muita pressão do [presidente] Erdogan, a taxa de juros caiu bastante em um período bem curto e o país foi para um nível de hiperinflação em pouquíssimo tempo , afirma Cavalcanti.

É difícil você pensar em evidência empírica [que sustente essa proposta] , reforçou.

Em entrevista à BBC News Brasil, Resende rebateu as críticas.

É um voluntarismo político absurdo [comparar] um ditador que impôs a queda dos juros como se ele tivesse alguma coisa [semelhante] ao que eu estou propondo intelectualmente para que seja debatido e analisado , disse, sobre a comparação com o que fez Erdogan.

Confira abaixo trechos da entrevista do economista Tiago Cavalcanti à BBC News Brasil

BBC News Brasil - Lula se reuniu nesta quinta-feira com economistas alinhados ao PT e há a expectativa de futuras conversas com economistas de outras vertentes. Como vê essa movimentação?

Tiago Cavalcanti - Do ponto de vista político, eu acho que faz sentido. Houve todo um apoio [durante as eleições] dessas pessoas que já estão historicamente perto de Lula. Não vejo como um problema fundamental ainda. Outra questão é sobre o que vai ser feito.

BBC News Brasil - O governo precisa agir mais rápido? Seria necessária alguma resposta ao desafio fiscal?

Tiago Cavalcanti - Sim. Meu medo é o seguinte: em economia, expectativas são essenciais para várias coisas. Algumas coisas parecem distantes, que não nos afetam, mas elas afetam diretamente.

Uma delas é o câmbio. O câmbio afeta diretamente a **inflação** e tudo o que desencadeia sobre os custos, principalmente no curto prazo. Então ancorar as expectativas é bem importante.

Tivemos uma experiência lá em 2003, quando as expectativas foram ancoradas bem antes de o próprio governo começar, quando Lula assumiu compromissos antes de ser eleito. Ele se comprometeu com várias metas macroeconômicas do ponto de vista fiscal, monetário, de cumprimento de contratos, que foram importantes pra ancorar as expectativas e dúvidas que existiam sobre o presidente.

Meu medo é que, se essas coisas [expectativas sobre a economia] desancorarem tão fortemente, o governo acabará adotando uma estratégia não de longo prazo. Ele tentará achar alguns atalhos para brigar contra essas expectativas ou contra o mercado. Então, para isso, é fundamental tentar ancorar essas expectativas o mais rápido possível.

Isso vai evitar que os investidores comecem a apostar contra o país, tirando o dinheiro do Brasil e depreciando o câmbio, com efeitos na **inflação** e nos juros de longo prazo, o que afeta investimentos.

BBC News Brasil - E que tipo de sinais seriam necessários? Eu imagino que não bastaria um discurso. Precisaria haver medidas e sinalizações convincentes.

Tiago Cavalcanti - É preciso haver coisas práticas agora, não tem como fugir. Uma estratégia é você primeiro anunciar o Ministério da Fazenda, juntamente com economistas que vão fazer parte desse ministério. Eu não sei exatamente quem poderia ser, se o [governador do Piauí] Rafael Fonteles, que estão falando, ou o [vice-presidente] Geraldo Alckmin, ou um economista. Seria importante escutar o mercado, mas sem ser refém dele.

O presidente tem vários nomes e está tentando conversar com outras pessoas, com o mercado, para montar uma equipe que as pessoas acreditem que poderá dar a solidez macroeconômica que o Brasil precisa para fazer política social. É preciso tentar anunciar algo o mais rápido possível, inclusive com diretores do Banco Central, que está com duas diretorias vagas.

E o segundo momento é fazer escolhas mais de política. E aí eu acho que existem dois cenários. Um seria fazer um ajuste fiscal imediato com metas ambiciosas, mas isso seria muito custoso. A outra forma, que eu acho é a melhor, é uma coisa mais suave, de longo prazo, mas com metas críveis, que trouxesse a dívida pública do Brasil para uma trajetória sustentável.

BBC News Brasil - O governo argumenta que há muitos indicadores positivos na economia. Essa queda tão forte do mercado após a eleição se justifica?

Tiago Cavalcanti - Talvez na cabeça do presidente e dos economistas mais próximos, eles pensem assim: poxa, o mercado disse que a gente iria ter uma crise e a gente teve quatro anos de crescimento bem razoável, de 3%, **inflação** nunca ficou muito acima [da meta], o desemprego bateu recorde de baixa. A gente teve vários sinais de que foi bem melhor do que o mercado dizia. Então, por que a gente vai escutar dessa vez, né? .

Mas eu acho que [a reação do mercado] é justificada pelo fato de que a **inflação** está acima da meta, a inadimplência está elevada, existe uma questão sobre a recuperação judicial [de empresas] em todo o país e a taxa de juros está muito elevada no Brasil.

Essa taxa de juros é impossível. Com essa taxa de juros de 13,75% e taxa de juros real de 9% mais ou menos, é muito difícil ter investimento na economia, em que você possa ter um retorno sem risco de curto prazo.

E você tem a questão do endividamento das famílias, das empresas, porque isso também vai afetar os juros na ponta, que é uma outra questão no Brasil. Os juros bancários são elevadíssimos.

E outra questão é a dívida. Você fica numa dívida com uma trajetória totalmente insustentável quando tem uma taxa de juros real de 9%. A economia teria que crescer duas ou três vezes mais do que ela está crescendo agora para a dívida pública parar de crescer em relação à renda.

É preciso a gente abaixar essa taxa de juros de forma sustentada para a economia crescer e levar a dívida para uma trajetória sustentável. Isso é fundamental.

BBC News Brasil - O ajuste fiscal é compatível com as promessas de campanha do Lula ou um ajuste implicaria em algum estelionato eleitoral?

Tiago Cavalcanti - Eu não olhei os números com muito cuidado, então, qualquer afirmação que eu faça agora vai ser meio imprecisa. Mas, o que o Brasil gasta em proporção ao **PIB**, considerando todos os gastos, é muito mais do que vários países. Não gastamos muito mais em relação à educação e à saúde, mas gastamos em outras coisas. Eu acredito que dá para cortar em subsídios tributários e ajustar os loopholes [brechas] no Imposto de Renda.

Em todas essas questões, eu acho que é possível fazer ajustes, e talvez minimizar os cortes nos gastos com o social, com a educação, com a saúde que é o compromisso do governo.

Mas uma questão que precisa ser pensada é a regra do salário mínimo no Brasil.

BBC News Brasil - Lula prometeu manter o reajuste do salário mínimo acima da **inflação** durante a campanha. Isso é compatível com o ajuste fiscal?

Tiago Cavalcanti - Eu acho que recuperar o poder de compra [reajustando pela **inflação**] é possível. Agora, quando você promete, além de recuperar o poder de compra, que vai dar aumentos acima da **inflação**, eu já acho que começa a não ser mais compatível.

Isso poderia ser repensado: A gente precisa fazer algum sacrifício. Vamos tirar dos mais pobres? Não, mas vamos ao menos manter um aumento que dê a **inflação** e mantenha o poder de compra . Isso é totalmente compatível com a filosofia do governo.

Mas você dar aumentos além da **inflação** eu acho que deveria ser em situações em que o governo pudesse fazer isso. E o governo vem aumentando o salário mínimo acima da **inflação** nos últimos anos.

BBC News Brasil - Após a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, havia um cenário de desequilíbrio fiscal que foi seguido de forte crise econômica. O cenário atual lembra 2014, ou é diferente?

Tiago Cavalcanti - Eu quero acreditar que lembre mais 2003 [quando Lula assumiu a Presidência pela primeira vez]. Você pode fazer o compromisso de longo prazo. Então, não precisa cortar [de uma vez]. Vamos suavizar isso ao longo dos anos. Por exemplo, no caso do salário mínimo, vamos primeiro recuperar o poder de compra [reajustando apenas pela **inflação**]. Daqui a pouco, se a gente tiver um superávit maior, faz um ajuste acima da **inflação**.

É assim que se faz, por exemplo, no Reino Unido. Anualmente, faz um orçamento. Você não tem uma regra de indexação dessa forma, uma regra dura. Tem uma regra em que você olha a situação econômica do país, vê onde vai cortar e qual vai ser o orçamento do próximo ano dentro das possibilidades.

O que eu até acho engraçado no Brasil é que tem toda essa briga de heterodoxos e ortodoxos, dos desenvolvimentistas com os neoclássicos liberais. Eu acho que políticas sociais são fundamentais para uma sociedade muito desigual como a do Brasil. Mas, quando você vai conversar em economia, aqui [no Reino Unido] existe muito mais homogeneidade de quais são os passos que devem ser seguidos do que no Brasil, onde há quase duas visões completamente dicotômicas.

Aqui, a gente ensina a economia de uma forma em que os preços são endógenos, respondem a mecanismos de demanda e oferta. As taxas de juros vão responder a mecanismos de expectativas de retorno e risco, às demandas e ofertas por títulos, etc., em um mundo globalizado, em que o capital pode sair de um lado para o outro.

Essa briga no Brasil acho que atrapalha um pouquinho.

Houve países que experimentaram isso, por exemplo a Turquia. Teve muita pressão do [presidente] Erdogan, a taxa de juros caiu bastante em um período bem curto, e o país foi para um nível de hiperinflação em pouquíssimo tempo.

Não estou dizendo que isso vai acontecer no Brasil, porque acho que o Banco Central tem mecanismos muito mais sólidos de proteção do que na Turquia, mas são experiências que a gente pode trazer para o Brasil.

A gente teve o exemplo aqui da Liz Truss, que ficou pouquíssimo tempo como primeira ministra do Reino Unido. Ela anunciou um pacote em que você tinha a dívida pública crescente, déficit crescente, e ela anunciou cortes nos **impostos**, com a perspectiva de

que a economia iria crescer e isso ia aumentar a arrecadação, conseguindo gerar receita para pagar as dívidas no futuro.

Houve uma reação negativa muito forte do mercado. Ela tentou voltar atrás, mas já era tarde demais e teve que renunciar.

BBC News Brasil - Quando você falou sobre a taxa de juros de 7% estava se referindo a proposta do André Lara Resende para redução da Selic?

Tiago Cavalcanti - Sim. É difícil você pensar em evidência empírica [que sustente essa proposta]. Vamos dizer que existe um modelo econômico em que a taxa de juros, quando cai, possa diminuir a **inflação** por um fator de prêmio de risco, porque a dívida fica menos pressionada. Vamos olhar a evidência empírica.

Me mostre evidências empíricas em que isso realmente aconteceu, de forma sólida, com economistas que publicam nos periódicos que têm pareceres anônimos, que acreditam que a metodologia é válida e os dados são válidos.

Existem experiências bem sucedidas nesses casos? É difícil para mim pegar algum exemplo de que isso tenha acontecido de forma sólida.

Site: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/meu-medo-e-o-governo-lula-buscar-atalhos-e-brigar-com-o-mercado-por-que-professor-de-cambridge-defende-ajuste-fiscal-suave,993a91dd4f23678735417963a6d146995uoc7mnk.html

Tarcísio deve nomear Salles como secretário de Justiça e Cidadania

BIANCA GOMES PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

Ex-ministro do Meio Ambiente de Bolsonaro desistiu da candidatura ao Senado na reta final da eleição, a pedido do governador

O deputado federal Ricardo Salles (Novo-SP) deve ser anunciado nas próximas semanas como secretário de Justiça e Cidadania da gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) em São Paulo. O ex-ministro do Meio Ambiente de Jair Bolsonaro (PL) tende a ser uma das poucas novidades para o segundo mandato do governador, que já havia trocado parte do primeiro escalão este ano.

A pedido de Tarcísio, Salles abriu mão da candidatura ao Senado na reta final da eleição para impulsionar André do Prado (PL) e Guilherme Derrite (PP), candidatos apoiados pelo governador e eleitos para a Casa Alta. À época, Tarcísio não prometeu cargos no governo, mas sinalizou que, se reeleito, gostaria de aproximar o partido Novo de sua gestão.

A Secretaria de Justiça e Cidadania é responsável pela relação institucional do Executivo com o Judiciário, o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A pasta tem sob seu guarda-chuva a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Casa) e o Procon.

Atualmente, a Secretaria é comandada por Arthur Lima, amigo de longa data do governador, que até janeiro ocupava a chefia da Casa Civil. O futuro dele ainda não está claro.

Procurados pelo Estadão, Salles e o governo de São Paulo não responderam.

BANDEIRANTES. Se confirmada, esta não será a primeira passagem de Salles pelo governo paulista. Em 2013, ele assumiu o cargo de secretário particular do então governador tucano Geraldo Alckmin - hoje no PSB e vice-presidente da República. Três anos depois, foi nomeado secretário estadual de Meio Ambiente.

Salles ganhou projeção nacional durante o governo Bolsonaro, quando comandou o Ministério do Meio Ambiente por cerca de dois anos e meio. Ele deixou o cargo em junho de 2021, em meio ao desgaste provocado pelas suspeitas de envolvimento em um esquema ilegal de retirada e venda de madeira.

O ex-ministro foi denunciado pelo Ministério Público Federal e se tornou réu em 2023, acusado dos crimes de facilitação de contrabando, organização criminosa, advocacia administrativa e obstrução de fiscalização ambiental. O caso tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) sob a relatoria do ministro Alexandre de Moraes. Salles nega ter cometido irregularidades.

DIVERGÊNCIAS. Embora tenham integrado o mesmo governo, Salles e Tarcísio tiveram momentos de atrito após a chegada do governador ao Palácio dos Bandeirantes. Em 2023, o deputado fez críticas públicas ao ex-colega de Esplanada em razão do apoio à **reforma tributária** e chegou a afirmar que Tarcísio não representava a direita.

Salles também se ressentiu da decisão do governador de apoiar a reeleição de Ricardo Nunes (MDB) para a Prefeitura de São Paulo, em vez de endossar sua candidatura, que acabou não saindo do papel.

Os dois, porém, selaram a reaproximação em 2024, após um encontro no Palácio dos Bandeirantes articulado pelo deputado estadual Lucas Bove (PL).

Depois da vitória na eleição, aliados do governador apostavam que a secretária de Infraestrutura, Meio Ambiente e Logística, Natália Resende, seria deslocada para a Casa Civil. O movimento perdeu força nas últimas semanas. A tendência é que ela permaneça na pasta ou seja nomeada para outro cargo mais próximo de Tarcísio.

Salles desistiu de concorrer a seis dias do 1º turno

Desistência

Faltando seis dias para o primeiro turno da eleição deste ano, Ricardo Salles (Novo) desistiu da candidatura ao Senado por São Paulo. O anúncio foi feito ao lado do governador do Estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Os candidatos Guilherme Derrite (PP) e André do Prado (PL), apoiados por Tarcísio na corrida ao Senado, também estavam presentes.

Articulação

A saída de Salles da disputa envolveu uma articulação direta de Tarcísio, para quem a fragmentação da direita poderia favorecer as candidatas da esquerda, Simone Tebet (PSB) e Marina Silva (Rede), que foram derrotadas. Derrite e Do Prado foram eleitos.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Déficit da Previdência pode ficar até R$ 98 bi maior com ampliação do MEI

"Ampliação do MEI mostra que agenda de redução de gastos tributários não é tão fácil quanto parece" Matheus Ribeiro

O aumento do limite de faturamento do programa Microempreendedor Individual (MEI) de R$ 81 mil anuais para R$ 140 mil pode atrair cerca de 500 mil novas adesões e elevar o impacto do programa no déficit atuarial do Regime Geral da **Previdência Social** (RGPS) entre R$ 60 bilhões e R$ 98 bilhões, a valor presente, conforme a política de reajuste real do salário mínimo. O cálculo considera o déficit somado para o período de 2027 a 2099.

O cálculo é de Rogério Nagamine Costanzi, especialista em **Previdência Social**. Para ele, a ampliação do programa pode substituir empregos com carteira assinada, com danos ao financiamento da **Previdência Social**. "Isso acontece com o uso da pejotização como forma de evasão de contribuição patronal, ampliando os desequilíbrios financeiros e atuariais de um regime já pressionado pelo envelhecimento populacional." Sem as mudanças o déficit atuarial acumulado do MEI na **Previdência Social**, calcula Costanzi, é de R$ 711 bilhões, a valor presente.

Os cálculos supõem que a ampliação do limite de faturamento do MEI trará cerca de 500 mil novas adesões ao programa, mantendo distribuição etária similar à que já existe, assim como a composição de sexo/gênero indicada pelo Anuário Estatístico da **Previdência Social**. Foi aplicada a tábua de mortalidade do IBGE de 2024 para homens e mulheres. Considera-se também que os homens se aposentam aos 65 anos e mulheres aos 62 anos, param de contribuir e passam a receber aposentadoria por idade até a morte. O cálculo não considera concessão de pensão por morte e demais benefícios de risco, como salário maternidade ou auxílio doença.

A análise não inclui possível perda de arrecadação da migração. Os cálculos de Nagamine mostram que, com a ampliação de faturamento para R$ 140 mil, o déficit atuarial na **Previdência Social** com o programa para o período de 2027 a 2099 sobe em R$ 60 bilhões, caso não haja ganho real do salário mínimo. Com reajuste real de 1,5% ao ano a partir de 2027, a expansão do déficit atuarial chega a R$ 98 bilhões, para igual período, sempre a valor presente.

A ampliação do MEI foi aprovada

em meio à corrida eleitoral para presidente entre o primeiro e segundo turnos. O Projeto de Lei Complementar (PLP) 186/26 passou na Câmara dos Deputados em 14 de outubro e no dia seguinte, no Senado. Foi sancionada como Lei Complementar (LC) 238/26. A partir do ano que vem o limite de faturamento sobe para R$ 110 mil. O teto de R$ 140 mil vale a partir de 2028. A contribuição individual previdenciária mensal do MEI é de 5% do salário mínimo - R$ 81,05.

O novo faturamento do programa, diz, deve atrair adesões de quem trabalha hoje com carteira assinada, de quem tem empresa no lucro presumido e também de quem está no Simples Nacional, diz Nagamine. O MEI dá a oportunidade de menor carga tributária na comparação com o Simples, nota. Segundo os Painéis do Mapa de Empresas do governo federal, até fim de setembro havia 13,7 milhões de empresas ativas no MEI.

"O MEI é muito subsidiado. O aumento do faturamento vai agravar ainda mais o problema de focalização que o programa tem. A contribuição do MEI é tão pequena que não cobre nem os benefícios de risco", diz. Ele cita o auxílio

doença. Considerando um período de 20 anos da **Previdência Social**, esse benefício foi pago, em média, por nove meses, observa. "Seria preciso período de 15 anos de contribuição no MEI para pagar um auxílio doença."

Na aposentadoria também há distorção, diz. Considerando uma mulher de 20 anos hoje que se aposentará por idade pelo MEI, diz, seu valor de aposentadoria irá superar em R$ 140 mil o valor da sua contribuição previdenciária feita no programa, em termos acumulados, a valor presente, calcula.

A ampliação do MEI, explica, gera perda de arrecadação também porque quem contrata não paga contribuição patronal ao **INSS**, na

regra geral, e nem FGTS. "Há precarização do mercado de trabalho, o que prejudica ainda mais as contas do RGPS." Pelos cálculos de Nagamine, o pico

para o déficit atuarial deve acontecer em torno de 2060, considerando a faixa etária de quem está contribuindo neste momento. "A despesa maior que o MEI vai gerar não acontece agora. Virá quando esse público atual se aposentar lá na frente."

Para Nagamine, é "fundamental" fazer ajuste de focalização no MEI. Ao longo do tempo, nota, com os aumentos de limites de faturamento do programa, cresceu a participação de pessoas com curso superior completo e renda mais elevada. "A alíquota mais baixa, de 5% do salário mínimo, deveria ser mantida só para quem é beneficiário do Bolsa Família", defende. Ele também sugere instituir contribuição patronal para empresas que contratam o MEI, algo exigido para poucas atividades hoje. "São quatro, numa lista de 400, 500 ocupações", diz.

Nagamine ressalta ainda que a mesma lei que ampliou o limite de faturamento também concedeu perdão das dívidas do MEI inscritas na Dívida Ativa da União

até 13 de outubro deste ano. "Para mim, isso incentiva a não contribuição." Também houve decreto que dispensou o MEI de emitir nota fiscal na venda de produtos e serviços a pessoas físicas, o que, segundo Nagamine, pode estimular subfaturamento.

Segundo o governo, o perdão de dívidas deve ter impacto fiscal de R$ 3,04 bilhões entre 2027 e 2029. Matheus Ribeiro, economista da BRCG, observa que as mudanças do MEI feitas em outubro estão entre as medidas da "agenda de bondades" do governo estabelecidas em meio à disputa eleitoral e que não entraram no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2027. Essas medidas já anunciadas, incluindo também as promessas de campanha, devem ter impacto equivalente a 0,5% do **PIB**, estima.

"Quando o MEI foi criado, em 2008, o discurso era de que o programa ia formalizar o pipoqueiro", lembra Nagamine. O problema é que, em 2008, observa, só um em cada três trabalhadores por conta própria contribuía para a Previdência. "Hoje, quase 18 anos depois, não se nota nenhum aumento estrutural. Ainda estamos numa situação em que dois em cada três trabalhadores por conta própria não contribuem para a Previdência. Desde que o MEI foi criado, não houve nenhum ganho estrutural de cobertura previdenciária, o que é um mau sinal", diz Nagamine.

A ideia inicial do MEI, recorda Manoel Pires, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), era de tirar pessoas da informalidade, com carga tributária menor, e garantir acesso a crédito e a alguma rede de proteção social mínima. O debate era de que a alta carga tributária do país era um entrave à formalização.

"Quando olhamos hoje, o que aconteceu não foi migração de informal para o MEI. Foi o pessoal que era profissional liberal, que tinha uma carga alta e uma renda razoável, que migrou para virar MEI e ter uma carga tributária reduzida. Esse é o efeito preponderante do MEI", diz Pires.

Mesmo sem falar em "pejotização" ou elisão fiscal, diz Ribeiro, o que se nota é que existe uma quantidade maior de oferta de bens e serviços que ocorre por meio de contratos que são menos favoráveis à **Previdência Social** na comparação com os contratos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Isso, observa Ribeiro, está num contexto em que o envelhecimento populacional e a política de reajuste do salário mínimo são desafios. "São questões que contribuem para o déficit do sistema previdenciário e com as quais andamos às voltas há alguns anos."

Para Ribeiro, o debate também mostra os desafios de uma agenda de redução de renúncias tributárias. "Quando falamos genericamente de gastos tributários e de reduzi-los, é algo um pouco mais fácil de encaixar no debate público. O Ploa de 2026 apontava mais de 4% do **PIB** de renúncia fiscal. Para 2027 são apontados cerca de 3% do **PIB**, mas assume-se uma subestimação por conta da não aprovação ainda das alíquotas dos **tributos** da **reforma tributária**. Os números geram sensação de que mexer nisso é mais fácil do que é na prática." O governo, diz, já conseguiu medidas importantes nessa seara, como a redução linear de benefícios. Mas a **reforma tributária**, lembra, manteve o tratamento favorecido da Zona Franca de Manaus até 2073 e tramita no Congresso um projeto de revisão dos limites do Simples. A ampliação do MEI está nesse contexto, nota.

Seletivo é mais um sinal de ajuste pela receita, afirma Leal de Barros

Imposto Seletivo "vai extinguir vários tratamentos e vai criar um", o que descomplica o sistema Gedeão Locks

O governo quer arrecadar R$ 41,9 bilhões com o Imposto Seletivo em 2027, mas, para economistas, a forma como a **reforma tributária** está sendo conduzida sinaliza que a conta do ajuste fiscal continuará recaindo sobre a receita, e não sobre o gasto.

ROGERIO VIEIRA/V

Para Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX, a ausência de sinais do governo em favor de medidas concretas de contenção de gastos, somada às decisões já conhecidas sobre a **reforma tributária**, reforça a leitura de que a política econômica seguirá buscando a consolidação fiscal sobretudo pelo aumento de receitas.

Isso é o que ocorre com a medida provisória do Imposto Seletivo e a aceitação, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), da alíquota de referência de 11,3% da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), diz. Segundo ele, a alíquota da CBS veio cerca de dois pontos percentuais acima do esperado. "Isso tudo cria um receio de que o governo esteja sinalizando para a continuidade de um ajuste majoritariamente pelo lado da receita", afirma. A CBS

o deve ser cobrada a partir de 1 de janeiro no lugar do PIS e da Cofins.

De acordo com o economista, não houve até agora demonstração de disposição para atacar o gasto, cuja fatura aumentou na corrida eleitoral para a Presidência. Ele afirma que a opção por elevar a carga tributária traz problemas conhecidos. "Há vários estudos aplicados mostrando que ajuste fiscal via aumento de carga tributária leva a dois efeitos: mais **inflação** e menos **PIB** potencial. E automaticamente a dívida é maior. Então a composição da consolidação fiscal faz diferença, ela importa."

Barros também aponta um ambiente de incerteza sobre a entrada em vigor da reforma em janeiro de 2027, embora o ministro da Fazenda, Dario Durigan, tenha negado a possibilidade de adiamento (ver reportagem nesta página). Para o economista, a dificuldade de sinalizar o caminho da agenda econômica "certamente vai reduzir investimentos e disposição de contratação" e manterá os juros altos.

O governo também enviará uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para garantir a cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) até a data em que o novo tributo passar a valer. Pela **reforma tributária**, o IPI seria extinto

o em 1 de janeiro de 2027, permanecendo apenas de forma residual, como na tributação de produtos da Zona Franca de Manaus. A cobrança do Imposto Seletivo só começa em 2 de fevereiro, o que abre um intervalo de um mês sem a receita.

Para Barros, gastar capital político no início de mandato com a PEC é um equívoco. "Existem outros caminhos para o governo tapar esse buraco da receita de janeiro. Alocar energia para uma PEC para fazer essa pinguela de 30 dias, creio, é um erro de formulação de política econômica. É melhor gastar capital político para aprovar uma PEC que ataque, por exemplo, a vinculação de saúde e educação às receitas."

Ele ressalta ainda que o debate sobre o Seletivo deve considerar que o tributo recai sobre setores como bebidas e fumo, nos quais o aumento da carga pode elevar a conta de quem está na economia formal e ampliar a atividade subterrânea. Segundo ele, o crime organizado usa esses setores para lavagem de dinheiro, como apontou relatório do Fórum de Segurança Pública divulgado no ano passado.

Na avaliação de Gedeão Locks, professor da Universidade Federal

de Santa Catarina (UFSC), as alíquotas do Imposto Seletivo ainda precisam crescer para que o tributo cumpra seu objetivo de desestimular o consumo. Ele lembra que a função do imposto não é arrecadatória e que, num primeiro momento, ele foi calibrado para manter inalterada a tributação sobre os produtos, mas que, pela experiência internacional, é possível aumentá-lo.

Locks usa a cerveja como exemplo. "Pelas minhas contas, ela equivale a cerca de 2% do preço final, perto da Alemanha (3%) e muito abaixo do Reino Unido (de 3,5% a 9%). E o Brasil cobra sobre o preço,

enquanto esses países cobram por volume ou teor alcoólico", observa.

O professor critica o fato de o debate público ter sido contaminado pela política. "Os deputados se uniram para zerar alíquota do filé mignon sem atentar que isso vai elevar a alíquota global para todo mundo", diz. Ainda assim, considera o avanço

da reforma algo a comemorar. Segundo ele, o Seletivo já existia na forma de ICMS majorado, praticado apenas por alguns Estados, e a reforma "vai extinguir vários tratamentos e vai criar um", o que descomplica o sistema e o aproxima das melhores práticas internacionais.

Para Rafael Barbosa, pesquisador associado da FGV Ibre, as regras podem beneficiar a indústria de carros elétricos. "Esse setor tem uma clara indicação de que é a hora de expandir a produção porque provavelmente nos próximos anos vai haver uma demanda muito forte para esses produtos", afirma. Pela regra estabelecida na MP do Seletivo, esse benefício não está disponível para a indústria nacional - a produção local não atende as exigências de conteúdo local, entre outras - e não pode ser usufruído por modelos importados

Dólar abre em alta, com foco em dados de emprego dos EUA e temores com papéis de IA

Por Redação g1 - São Paulo

O dólar abriu a sessão desta sexta-feira (6) em alta, com um avanço de 0,09% perto das 9h20, cotado a R$ 5,4935. Já as negociações do Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, começam às 10h.

O mercado continua a avaliar o setor de tecnologia dos Estados Unidos, em meio a preocupações sobre os efeitos que a maioria democrata no Congresso americano pode ter na regulação do setor. Por aqui, o quadro fiscal continua no radar, conforme investidores e empresários aumentam a pressão por novos reajustes por parte do governo e seguem na expectativa pela política econômica do Lula 4.

??? Tem alguma sugestão de reportagem? Envie para o g1

?? O tombo dos papéis de tecnologia no mercado americano fica no centro das atenções. Na véspera, as ações do setor registraram forte queda, pressionando os principais índices de Wall Street. A preocupação é que a formação da maioria democrata no Congresso americano após as eleições de meio de mandato nos EUA possa trazer novas regulações e limitar o crescimento do setor.

Entenda o tombo bilionário das gigantes de tecnologia

?? No Brasil, os temores com a piora das contas públicas continuam sob os holofotes. Na véspera, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que não há fórmula mágica para a economia brasileira e que o governo Lula vai manter compromissos fiscais e os feitos durante a campanha eleitoral no plano social. A fala ocorreu após uma reunião com o presidente Lula, ministros, ex-ministros e economistas.

?? Na agenda do dia, investidores acompanham o relatório de emprego dos EUA, o payroll. O relatório deve trazer novos sinais sobre o mercado de trabalho e a economia americana, além de reforçar expectativas sobre o futuro dos juros no país. Por aqui, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) deve divulgar o número revisado do **PIB** de 2024.

?? A **reforma tributária** e o fim da escala 6x1 também ficaram no foco. Nesta semana, o governo sinalizou a intenção de regulamentar o fim da 6x1 e indicou a redução gradual da jornada semanal de 44 para 40 horas. Já na véspera, o governo publicou a Medida Provisória que estabelece as alíquotas do Imposto Seletivo, também conhecido como imposto do pecado , para 2027.

'Imposto do pecado': o que entra? Produtos vão ficar mais caros? Veja perguntas e respostas

Veja abaixo mais detalhes do dia no mercado.

??Dólar

Acumulado da semana: +0,81%;Acumulado do mês: +0,81%;Acumulado do ano: 0%.

??Ibovespa

Acumulado da semana: -1,03%Acumulado do mês: --1,03%;Acumulado do ano: +3,14%.

Queda nas bolsas americanas

Os principais índices de Wall Street fecharam em forte queda na última quinta-feira (5), pressionados pelas ações de empresas ligadas à inteligência artificial (IA).

O movimento veio em meio ao temor de que a vitória dos democratas nas eleições de meio de mandato dos Estados Unidos resulte em regras mais rígidas para o setor e desacelere a expansão dos centros de dados no país.

O Nasdaq Composite, que concentra empresas de tecnologia, despencou 5,52%, para 24.315 pontos, na maior queda em um único dia desde abril de 2025. O S&P 500 recuou 4,36%, para 7.353,73 pontos, enquanto o Dow Jones caiu 3,44%, para 51.523,06 pontos.

A onda de vendas eliminou cerca de US$ 3 trilhões (R$ 16,4 trilhões) em valor de mercado das empresas que compõem o S&P 500.

As chamadas "Sete Magníficas", grupo que reúne algumas das maiores empresas de tecnologia dos Estados Unidos, como Nvidia, Meta, Alphabet e Microsoft, perderam aproximadamente US$ 800 bilhões (R$ 4,4 trilhões) em valor de mercado, montante superior ao Produto Interno Bruto (**PIB**) da Suécia.

O Nasdaq também entrou no chamado território de correção, quando um índice acumula queda de pelo menos 10% em relação a um pico recente. O indicador encerrou o pregão quase 12% abaixo do recorde alcançado em 6 de outubro.

Foi a maior queda diária do Nasdaq desde o anúncio das tarifas do chamado "Dia da Libertação" pelo presidente Donald Trump, em abril de 2025. O pregão também marcou o segundo dia consecutivo de vendas de ações ligadas à inteligência artificial e a quinta queda superior a 500 pontos do índice desde meados de outubro.

Bolsas globais

Na Ásia, as ações da China e de Hong Kong caíram nesta sexta-feira, à medida que uma queda generalizada no setor de tecnologia nos Estados Unidos se espalhou pela Ásia e alimentou temores de que o boom da IA esteja perdendo força.

O SSEC, Índice de Xangai, teve queda de 1,10%, enquanto o CSI300, que reúne grandes empresas chinesas, caiu 1,44%. Na Coreia do Sul, o Kospi encerrou com um recuo de 6,02%, após ter caído mais de 8% e acionado o circuit breaker na sessão. O Hang Seng, de Hong Kong, teve perdas de 1,27% e o Nikkei, do Japão, recuou 5,96%.

Bolsas da Ásia despencam após tombo em Wall Street, e Coreia do Sul aciona circuit breaker

* Com informações da agência de notícias Reuters.

Site:
https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/11/06/dolar-ibovespa.ghtml

Nova redução de benefícios tributários pode compor medidas para reforçar resultado fiscal

Nas discussões sobre medidas para viabilizar a melhora da trajetória fiscal nos próximos anos, está no radar do governo uma nova rodada de redução de benefícios tributários. Seria mais uma medida de ajuste pelo lado da receita, mas ajuda no discurso de busca de melhora fiscal sem penalizar os programas sociais e os mais pobres.

Não há, porém, decisão tomada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre seguir por esse caminho, embora a tese seja amplamente defendida nos círculos petistas e entre economistas, inclusive de linha ortodoxa.

No ano passado, o governo conseguiu aprovar no Congresso uma redução linear de 10% em um universo significativo dos chamados gastos tributários , ainda que tenham ficado de fora grandes benefícios como a Zona Franca de Manaus (ZFM) e Simples e outros inscritos na Constituição.

Nessa possível nova rodada, o governo avalia se tenta mais um corte linear, possibilidade já mencionada pelo próprio ministro da Fazenda, Dario Durigan, em entrevista ao GLOBO durante a campanha eleitoral, ou se fará uma ação mais focalizada em benefícios específicos e com disfuncionalidades mais evidentes.

O Demonstrativo de Gastos Tributários (DGT), que é um anexo do Orçamento, estimou quem em 2026 as renúncias fiscais somam R$ 612 bilhões, o equivalente a 4,4% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Para 2027, o valor projetado é bem menor, de R$ 443,3 bilhões (3% do **PIB**), mas porque a Receita tirou da conta os incentivos ligados a PIS e Cofins por conta de sua extinção com a **reforma tributária**. O tributo novo, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), terá incentivos acoplados, mas o tamanho da renúncia não foi calculada pela Receita porque o envio da proposta orçamentária ocorreu antes de definições como a alíquota do novo tributo, entre outros fatores.

A opção por medidas de redução de incentivos fiscais é vista como uma forma não só de reforçar o caixa do governo e avançar mais rapidamente em um resultado primário (receitas menos despesas antes dos juros) positivo, mas também como uma medida que poderia ajudar a melhorar a eficiência e produtividade da economia de forma mais ampla.

Isso porque, ao reduzir privilégios setoriais, melhora a alocação de recursos e permite que empresas e investidores tomem decisões mais orientadas pelas condições de mercado do que pela existência de incentivos fiscais.

Por outro lado, em um contexto de desaceleração econômica, mudança de sistema tributário, um ambiente internacional adverso e taxas de juros elevadas, medidas que ampliam custos para as empresas podem reduzir mais o dinamismo da economia e levar a altas de preços em segmentos específicos.

Site: https://oglobo.globo.com/economia/fabio-graner/post/2026/11/nova-reducao-de-beneficios-tributarios-pode-compor-medidas-para-reforcar-resultado-fiscal.ghtml

Oásis fiscal paraguaio era uma miragem que atraiu empresas brasileiras

A crise do Ueno Bank e a derrocada de Santiago Pena desfizeram uma ilusão vendida a empresários brasileiros de que bastaria atravessar a fronteira para encontrar **impostos** baixos, energia barata e segurança permanente para investir. Pena apresentou a renúncia ontem, enquanto avançava na Câmara a acusação para seu impeachment. O desmoronamento de seu governo já expõe a fragilidade do paraíso anunciado.

A miragem não estava na existência de vantagens competitivas paraguaias. Estava na promessa de que elas dispensariam instituições sólidas, fiscalização independente e proteção efetiva da poupança. Os baixíssimos **impostos** melhoravam os resultados das empresas, porém não garantem que o dinheiro destinado à folha de pagamento estará disponível na manhã seguinte. Quando o aplicativo do banco já não funciona e os depósitos são bloqueados, o oásis da simplicidade tributária perde e vira uma miragem sem encantamento.

A presença brasileira na economia paraguaia mostra que essa aposta era alta e ultrapassou o comércio de fronteira.

Alcançou indústrias, fornecedores de grandes redes e pequenos empreendedores que transferiram negócios e economias. Para muitos, o Paraguai representava uma alternativa aos custos e à burocracia brasileiros. A crise trouxe uma conta que não estava nas planilhas: o risco institucional. A vantagem fiscal se esvanece quando há perda de confiança no sistema financeiro.

O Ueno tornou esse problema concreto. É o Banco Master deles, sem o arcabouço institucional de um sistema financeiro robusto. A instituição cresceu rapidamente, recebeu recursos públicos e chegou a quase três milhões de clientes. Sua intervenção atingiu poupadores e comprometeu o acesso a dinheiro ligado à previdência. O episódio também colocou sob escrutínio as relações entre o banco, o governo e os responsáveis pela supervisão financeira. O colapso de uma instituição alcançou, assim, a própria Presidência.

Não se pode decretar a falência da economia paraguaia nem subestimar a capacidade instalada do sistema produtivo, do qual grandes empresas brasileiras fazem parte. Entretanto, estabilidade macroeconômica e segurança

jurídica não são sinônimos. **Inflação** comportada e incentivos duradouros são vulneráveis quando faltam barreiras entre interesses privados, recursos públicos e poder político.

Para o Brasil, conter a crise paraguaia é muito importante. Empresas com dinheiro bloqueado atrasam salários, pagamentos a fornecedores e encomendas. Uma retração do consumo paraguaio afeta o comércio regional. Dificuldades de crédito podem alcançar cadeias produtivas integradas ao comércio mundial. A dimensão desses efeitos dependerá da recuperação dos depósitos e da capacidade de conter a desconfiança. Não há contágio bancário no Brasil, mas há razões para acompanhar de perto essa crise.

Energia da Itaipu

A questão mais estratégica está em Itai-pu. Um governo enfraquecido, pressionado a recuperar investimentos e credibilidade, pode negociar em condições piores o uso de seu principal ativo econômico. A crise amplia o poder de barganha de grupos capazes de oferecer bilhões de

dólares e promessas de modernização a um país em crise. É nesse terreno que a expansão da infraestrutura de inteligência artificial merece atenção.

Em outubro, a norte-americana Crusoe anunciou uma parceria com a paraguaia Araico para desenvolver infraestrutura de computação alimentada pela energia de Itaipu. O anúncio teve respaldo diplomático dos Estados Unidos. A imprensa paraguaia também levantou dúvidas sobre a transparência das condições de fornecimento pela administração elétrica nacional. São iniciativas anteriores à queda de Pena. A crise pode aumentar a pressão para apresentá-las como salvação econômica.

A "colonização" da economia paraguaia pelas big techs é um risco político, não ainda um fato consumado. O conceito faz sentido quando um país fornece eletricidade, território e benefícios fiscais, enquanto o controle tecnológico, os serviços de maior valor e as decisões permanecem no exterior. Centros de dados podem, sim, trazer desenvolvimento. Mas

precisam deixar mais do que obras e consumo de energia: formação profissional, fornecedores locais, arrecadação e capacidade

tecnológica. Sem contrapartidas, a abundância energética pode sustentar uma nova dependência.

O Brasil arca com consequências dessa escolha. O Tratado de Itaipu divide a energia igualmente e reconhece a cada país o direito de adquirir a parcela não utilizada pelo outro. Se o consumo paraguaio crescer, o excedente disponível ao Brasil poderá diminuir. Isso exige planejamento, sem negar ao vizinho seu direito ao desenvolvimento. Não há transparência nos compromissos assumidos e seus efeitos sobre a operação binacional.

O governo brasileiro tem a responsabilidade de combinar assistência aos cidadãos atingidos, diálogo institucional e defesa de transparência em Itaipu. Uma crise no Paraguai, mesmo que derrube um governo de direita adversário, não é motivo para comemoração. Trata-se de uma vulnerabilidade numa fronteira decisiva. O fracasso da promessa de um paraíso sem riscos não deve dar origem a uma saída que comprometa a energia barata por décadas, sem benefícios proporcionais para a sociedade. A miragem fiscal teria apenas mudado de aparência.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/11/06/all.pdf

"Não há fórmula mágica", diz Durigan

BRASÍLIA ALVARO GRIBEL, MATEUS MAIA e FRANCO DANTAS (ESPECIAL PARA A BROADCAST)

Ministro da Fazenda diz que medidas fiscais serão discutidas após retorno de Lula de viagem à Turquia; presidente faz reunião com ministros e economistas ligados ao PT

Da página A1 Em meio a críticas sobre a falta de propostas concretas para um ajuste fiscal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva promoveu ontem, no Palácio da Alvorada, reunião com integrantes da área econômica e economistas ligados ao PT. Participante do encontro, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que "não há fórmula mágica" e que, a exemplo do que fez ontem, Lula terá uma "agenda generosa" de reuniões incluindo também investidores e o setor produtivo.

A maior preocupação de analistas e do mercado financeiro é com o crescimento da dívida bruta do governo geral (governo federal, os governos estaduais e municipais, excluindo o BC e as empresas estatais), que atingiu 82,9% do **PIB**, com um crescimento de mais de dez pontos porcentuais só no atual mandato do petista.

"A gente teve bastante convergência, tanto nos diagnósticos quanto nos caminhos para o futuro. Não nos parece haver fórmula mágica, e sim manutenção dos compromissos fiscais. Então, o compromisso de seguir melhorando as contas públicas, com a manutenção e reforço do que precisa ser reforçado nas regras fiscais atuais, de modo que a gente siga melhorando, tanto indicadores sociais, políticas públicas, quanto o resultado das contas públicas do governo", disse ele.

Segundo Durigan, medidas relativas à agenda fiscal serão apre

Foco Maior preocupação de analistas é com o crescimento da dívida bruta do governo

sentadas ao presidente só depois de viagem à Turquia, na próxima semana, para a COP31. Lula deve retornar ao País no dia 16. "Foi uma reunião que juntou ministros do atual governo, ex-ministros, economistas, que o presidente gostaria de ouvir, como uma primeira conversa de abertura. O presidente deve fazer outras conversas com a sociedade civil, com diferentes setores, empresários, setores inclusive do mercado."

Além de Durigan, participaram Bruno Moretti, ministro do Planejamento e Orçamento; Esther Dweck, ministra da Gestão e Inovação; Fernando Haddad, ex-ministro da Fazenda; Aloizio Mercadante, presidente do BNDES; Geraldo Alckmin, vice-presidente; Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda de 2006 a 2016; Luciano

Coutinho, ex-presidente do BNDES de 2007 a 2016; Miriam Belchior, ministra da Casa Civil; o empresário Eduardo Moreira e a economista Laura Carvalho.

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, também foi convidado, mas se encontra em período de silêncio, após a reunião do Copom desta semana. O BC interrompeu a sequência de cortes e manteve a Selic em 13,75%, alegando, entre outros motivos, o risco de alta da **inflação**.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Mercado vê pausa no ciclo de cortes, mas descarta chance de alta da Selic

EDUARDO LAGUNA, JULIANA MACHADO, ANTONIO PEREZ e ARÍCIA MARTINS

Durou apenas oito meses a sequência de cortes dos juros básicos do País. Na quarta-feira, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central interrompeu o ciclo do que chamou de calibração dos juros, aberto em março, quando a Selic estava em 15%, e que, com cortes de 0,25 ponto a cada reunião do colegiado, levou a taxa a 13,75%.

Em seu **comunicado**, o Copom evitou antecipar o próximo passo e não indicou se pode retomar os cortes, o que caracterizaria a decisão como uma pausa, e não como fim do ciclo. Mas também não sugere alta de juros, uma hipótese que analistas consideraram menos provável após a leitura do **comunicado**, que ressaltou a desaceleração mais acentuada da atividade, mencionou os primeiros sinais de desaquecimento do mercado de trabalho e descreveu a Selic como "substancialmente contracionista".

Diante disso, o mercado aposta na Selic estacionada nos atuais 13,75% por algum tempo, à espera de uma sinalização de qual será a política fiscal no novo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A manutenção da Selic em 13,75% pelo Copom foi lida por economistas e analistas como uma resposta à deterioração do quadro inflacionário, que levou a projeção do Copom para a **inflação** no horizonte relevante, agora o segundo trimestre de 2028, de 3,2%, em setembro, para 3,5%, mais distante da meta central de 3%.

Apesar disso, o economistachefe da Asset 1, Luis Cezário, entende que o Copom está distante de considerar a necessidade de voltar a subir a Selic, e atribui a principal mudança ao cenário doméstico, citando o ceticismo do mercado com a possibilidade de um ajuste fiscal "crível" a partir de 2027. Considera também que o cenário externo se tornou mais adverso e menciona choques de oferta, como petróleo em patamar elevado, El Niño e o fim da jornada 6x1. Pondera, contudo, que a maior preocupação do comitê com a atividade ofereceu um contraponto, que sugere que a possibilidade de alta dos juros não está na mesa.

Ainda na visão dos analistas, resistir à pressão política por novos cortes de juros ajuda a preservar a credibilidade da política monetária. Para os economistas dos bancos Itaú e Citi, a comunicação após a reunião amplia o grau de liberdade do comitê, ao passo que outros analistas, de casas como XP, Santander e Asset 1, ressaltam que o **comunicado** sugere pausa, sem cravar encerramento definitivo do ciclo de cortes, concordando que o BC procurou afastar o debate de alta.

O economista-chefe do banco Daycoval, Rafael Cardoso, destaca que, embora haja mudanças no diagnóstico - com avaliação mais adversa do cenário externo e desaceleração doméstica ganhando força -, o texto trouxe "poucas sinalizações sobre os próximos passos", deixando em aberto o que pode ocorrer nas próximas reuniões.

Para o economista-chefe do Santander, Marco Antonio Caruso, o Copom não caracterizou a decisão como encerramento do ciclo de calibração nem sinalizou manutenção prolongada. Para ele, a deterioração do cenário inflacionário desde setembro foi relevante e o **comunicado** reforçou riscos vindos de petróleo, clima, câmbio e expectativas, incluindo potenciais efeitos de segunda ordem dos choques de oferta. "Isso reforça nossa leitura de que o aperto recente das condições financeiras não deveria ser interpretado apenas como desinflacionário", disse.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Socorro aos Correios e dividendo menor de estatais criam desafio de R$ 26 bi

BERNARDO LIMA bernardo.lima@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Orçamento de 2027 terá de equacionar arrecadação mais baixa e gasto maior com empresas públicas. Relatório do Tesouro prevê queda de 40% nas receitas com lucros compartilhados com a União

Acombinação entre a queda na arrecadação com dividendos das estatais federais e o aumento dos aportes destinados a essas empresas representa uma piora de R$ 26,3 bilhões no equilíbrio do Orçamento de 2027, em comparação com os recursos deste ano.

Dessa forma, o governo estima arrecadar menos e gastar mais com as estatais no ano que vem, em um contexto em que a equipe econômica já anunciou que precisará remanejar cerca de R$ 20 bilhões no Orçamento de 2027 para acomodar medidas de estímulo econômico anunciadas durante a campanha eleitoral.

Segundo o Tesouro Nacional, a previsão de dividendos a serem recebidos pelo governo federal cairá de R$ 51,5 bilhões no total deste ano para R$ 30,9 bilhões no próximo. Os dados constam do Relatório de Riscos Fiscais da União, divulgado pelo Tesouro na terça-feira.

Os dividendos são a parcela dos lucros das empresas que é distribuída a seus acionistas. No caso das estatais, a União recebe os valores de acordo com sua participação no capital de cada empresa. Esses recursos entram nas contas públicas como receitas e ajudam a financiar as despesas do governo.

O montante recebido depende dos resultados financeiros das estatais, da parcela dos lucros destinada à distribuição e do calendário de pagamentos, podendo variar de um ano para outro.

O governo arrecadou R$ 21 bilhões até setembro, segundo dados do Tesouro Nacional, cerca de 40% do total estima do paraeste ano. Isso não significa, necessariamente, que haverá frustração de receitas, já que os pagamentos de dividendos não são distribuídos de maneira uniforme ao longo do ano e podem se concentrar nos últimos meses.

Do lado das despesas, os aportes para empresas estatais passarão de R$ 257 milhões em 2026 para R$ 6 bi-lhões no ano que vem, previstos no plano de socorro dos Correios. Após acumular sucessivos déficits, a estatal passa por uma reestruturação das contas. No primeiro semestre deste ano, a empresa teve prejuízo de R$ 5,6 bilhões, depois de fechar 2025 com resultado negativo de R$ 8,5 bilhões.

Segundo dados do Banco Central (BC), as estatais federais acumularam um déficit de R$ 8,5 bilhões entre janeiro e setembro deste ano, o maior para o período desde o início da série histórica, em 2002. Isso significa que, pelo critério de resultado primário, as despesas dessas empresas superaram suas receitas no período. O cálculo não considera Petrobras, Eletrobras (que foi privatizada, mas a União é acionista minoritária) e bancos públicos.

RISCO DE MAIS APORTES

No relatório de riscos fiscais, o Tesouro alerta para a possibilidade de outras estatais precisarem de aportes emergenciais nos próximos anos. Entre as empresas mencionadas estão a Eletronuclear, cujas dificuldades financeiras representam um risco para a ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional), a Casa da Moeda e companhias responsáveis pela administração de portos.

O relatório também aponta que os Correios podem continuar enfrentando um agravamento de sua situação financeira, mesmo com as medidas de reestruturação.

Esse cenário se soma às dificuldades que o governo Lula 4 terá de enfrentar para equilibrar as contas públicas no ano que vem. Em meio à pressão do mercado e setores produtivos, a equipe econômica vem acenando para um ajuste fiscal para acomodar o crescimento de despesas no orçamento.

Para o ano que vem, o governo terá de perseguir uma meta de superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**), equivalente a R$ 73,2 bilhões.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Democratas e republicanos iniciam movimentos para sucessão de Trump

Os democratas ainda comemoram as eleições de meio de mandato, mas a classe política americana já está de olho na próxima batalha: a disputa pela Casa Branca em 2028. Com Donald Trump constitucionalmente impedido de disputar um terceiro mandato, os dois principais partidos buscarão um candidato à Presidência.

Algumas das campanhas mais bem-sucedidas começaram pouco depois das "midterms". A campanha vitoriosa de Trump em 2024 foi lançada em novembro de 2022, e a de Barack Obama em 2008 começou em fevereiro de 2007.

Isso significa que, nas próximas semanas, os candidatos começarão a sondar doadores, visitar Estados que realizam eleições primárias e buscar aconselhamento de institutos de pesquisa e estrategistas políticos sobre suas chances de sucesso.

Para os democratas, a disputa está inteiramente em aberto. O partido espera que seu desempenho extraordinário nas eleições de meio de mandato apague a lembrança da campanha desastrosa de 2024, quando o presidente Joe Biden desistiu da disputa apenas quatro meses antes da eleição.

Do lado republicano, a questão para os possíveis candidatos à Presidência será se devem se distanciar de Trump após a desastrosa derrota nas eleições de meio de mandato - ou permanecer ao seu lado, apostando que um eventual apoio do presidente poderá lhes garantir a indicação do partido.

J.D. Vance é o favorito dos institutos de pesquisa para suceder Trump. O vice-presidente, de 42 anos, pertence à ala populista e não intervencionista do movimento Maga, que atrai conservadores mais jovens, e conta com o apoio de importantes investidores do setor de tecnologia, além de uma série de outros doadores. Ma ele corre o risco de ser prejudicado pela decisão do governo de entrar em guerra com o Irã e pelo fracasso em reduzir a **inflação**. Na manhã seguinte às eleições de meio de mandato, ele atribuiu diretamente a derrota à guerra.

Vance estará atento ao histórico desanimador de vice-presidentes

em exercício que tentaram convencer os eleitores a lhes entregar o cargo máximo do país. Apenas um, George H.W. Bush, conseguiu isso nos últimos 190 anos. Ainda assim, ele terá uma vantagem natural na disputa em termos de arrecadação de recursos e reconhecimento público, difícil de superar para qualquer adversário.

Marco Rubio é a alternativa mais provável - e mais popular - a Vance. Rubio conquistou a simpatia da base Maga por sua lealdade a Trump, mas ainda é visto como mais próximo dos valores republicanos tradicionais do que o vice-presidente, o que o tornaria mais atraente para eleitores conservadores mais velhos e doadores do establishment.

Trump ridicularizou Rubio como "o pequeno Marco" na campanha de 2016, quando os dois eram adversários. Mas passou a depender muito dele no segundo mandato, escolhendo-o para secretário de Estado e conselheiro de segurança nacional - e colocando-o no centro das decisões de política externa.

Como Vance, Rubio pode ser prejudicado por sua participação em um governo impopular. Mas teria a vantagem de poder deixar o cargo para preparar sua candidatura.

Se Trump decidir manter o cetro do movimento Maga na família,

Donald Trump Jr., seu filho mais velho, poderá ser o herdeiro mais provável. Aos 48 anos, ele vem passando boa parte do segundo mandato do pai viajando pelo mundo em busca de oportunidades de negócios, mas teve participação mais intensa do que seus irmãos na campanha de 2024 e cultivou uma ampla rede de potenciais doadores por meio de seus diversos interesses empresariais. Pesquisas de opinião recentes mostram que ele aparece em terceiro lugar, muito próximo de Rubio.

Entre os democratas, Gavin Newsom, governador da Califórnia que está deixando o cargo, se apresentou como o principal adversário democrata de Trump durante o primeiro ano de seu segundo mandato, provocando o presidente com postagens nas redes sociais e atacando-o a cada oportunidade.

Ele nunca escondeu suas ambições e poderá estar entre os primeiros a se movimentar para se posicionar

como candidato à Presidência. Mas o político de 59 anos não conseguiu se firmar, nos últimos meses, como o principal favorito à indicação democrata para 2028, num sinal de que o partido talvez esteja em busca de um candidato capaz de transcender a imagem de liberal da Costa Oeste, que prejudicou Kamala Harris.

Jon Ossoff é um dos políticos mais eficazes do Partido Democrata.

Nas "midterms", o senador pela Geórgia conquistou com folga a reeleição em um Estado onde a disputa costuma ser acirrada.

Em seus discursos de campanha, adotou um estilo semelhante ao de Obama, criticando o enriquecimento de Trump no exercício do cargo, sua incapacidade de conter a **inflação** e os erros na condução da guerra contra o Irã. Também partiu para o confronto direto com o presidente, com críticas que viralizaram - entre elas, uma provocação a Natalie Harp, assessora próxima de Trump, que irritou a Casa Branca.

Apesar da insistência de que não tem "nenhum interesse" na disputa, Ossoff é no momento o favorito dos apostadores para vencer a eleição de 2028 entre os democratas.

A vice-presidente Kamala Harris ainda conta com apoio expressivo do partido, segundo pesquisas, apesar da derrota para Trump há dois anos. Sua candidatura foi prejudicada pelo fato de ter sido montada às pressas, depois que Biden decidiu abandonar a disputa.

Mas ela corre o risco de enfrentar novamente os mesmos problemas que a prejudicaram: posições sobre política econômica e externa que não conseguiram conquistar os eleitores, além da dificuldade de defender o legado de Biden Biden. Sua campanha de 2020 também perdeu força antes das primárias.

'Trump sabe que é do seu interesse cooperar', diz analista

É provável que Trump retire os EUA de grande parte do cenário global, exceto Irã e AL A. Main

A base progressista dos democratas ganhou peso inédito no Congresso americano após as eleições de meio de mandato deste ano nos Estados Unidos e, naturalmente, pressionará por medidas contundentes contra o presidente Donald Trump, enquanto lideranças centristas do partido, por outro lado, já demonstraram preferência por acertos mais pragmáticos.

Trump está ciente disso e sabe que é do seu interesse cooperar com essas lideranças em alguma medida, principalmente se quiser evitar um processo de impeachment imediato. É por isso que vimos Trump "estender um ramo de oliveira" aos democratas logo após o resultado das urnas, comprometendo-se - de maneira bastante incomum - a tentar trabalhar com a nova maioria. Essa é a análise de Alexander Main, diretor de política internacional do Center For Economic and Policy Research (CEPR), em Washington.

Ainda assim, ele diz que é de se esperar que a pressão sobre lideranças democratas para que se alinhem a algumas agendas dos progressistas aumente, já que muitos, mesmo moderados, foram eleitos com base nessas pautas. Para manter o apoio dos eleitores, eles precisarão "colocar as palavras em prática" e ir além da retórica, afirma Main.

Em contrapartida, no cenário internacional, ele prevê recuo dos

EUA em diversas frentes globais, exceto no Irã e exatamente na América Latina. "Não é por acaso que, no dia seguinte às eleições, a Casa Branca publicou uma declaração afirmando: 'A Doutrina Donroe está retomando o Hemisfério Ocidental'", observa.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista:

Valor:

Como avalia o resultado das eleições desta semana?

Alexander Main: As pesquisas, em geral, subestimaram a vitória democrata, o que não surpreende dada a alta impopularidade de Trump e a profunda associação dos republicanos a ele. Até moderados, como a senadora Susan Collins (Maine), foram afetados. A eleição não foi muito diferente do que costuma ser uma eleição de meio de mandato ao funcionar como um referendo: os eleitores puniram os republicanos porque Trump não cumpriu suas promessas centrais de 2024.

Valor: Quais promessas?

Main: Acabar com a **inflação** - alimentada por suas tarifas e pela guerra contra o Irã - e manter o país fora de "guerras sem fim". O conflito no Irã já dura oito meses, embora Trump dissesse que terminaria em poucos dias. Ele tentou desviar o foco exaltando a "conquista" da Venezuela e de seu petróleo, mas a população comum dos EUA não tem visto nenhum benefício disso. Além disso, muitos se sensibilizaram com suas políticas desumanas contra imigrantes (com ou sem documentação), especialmente latinos.

Valor: Qual foi o reflexo disso nas urnas?

Main: Houve mudança significativa no voto latino e mesmo na conduta de setores republicanos tradicionais, como pequenos e médios empresários, que dependem muito de mão de obra imigrante. Os jovens também foram mobilizados pela violência das ações do ICE [serviço de imigração]. Pesou ainda a corrupção visível envolvendo a família e aliados de Trump, muito mal recebida por uma população cujos salários não acompanham a **inflação**.

Valor: O que esperar de um Congresso democrata?

Main: O controle das duas Casas não dá aos democratas o comando da formulação de políticas do Executivo, mas permite exercer fiscalização rigorosa, além de conter - e, em certos casos, reverter - abusos. É de se esperar a realização de investigações e audiências sobre diversos atos de corrupção da administração. Além disso, há forte pressão da base por responsabilização pela guerra não autorizada no Irã, conforme exige a Constituição, devendo impulsionar a aprovação de resoluções de poderes de guerra ["War Powers Resolutions"] que proíbam novas ações contra o

Irã. É provável, também, que haja movimento pelo impeachment do Secretário de Defesa, Pete Hegseth.

Valor: E um contra Trump?

Main: A base deseja ardentemente um novo processo por corrupção, desrespeito às leis americanas e internacionais, a guerra no Irã e abusos do ICE e outros agentes estatais. Porém, líderes como Hakeem Jeffries já sinalizaram relutância, preferindo buscar uma relação de trabalho com Trump. Ainda assim, o Congresso pode adotar medidas contundentes, como condicionar verbas à interrupção de operações letais no Irã e na América Latina, além de propor o impeachment do Secretário de Estado, Marco Rubio, pelo bloqueio a Cuba, ações na Venezuela e ingerências eleitorais na AL e na Europa.

Valor: E os republicanos, como devem se posicionar agora?

Main: Eles estão em posição delicada: mantêm laços estreitos e, frequentemente, devem sua eleição ao apoio de Trump, mas ele se tornou um dos presidentes americanos mais impopulares de todos os tempos. Devem tentar se distanciar, embora limitados pela base "MAGA". Trump será, inegavelmente, um líder em fim de mandato com poder reduzido - o "lame duck" ["pato manco"] - , mas sabe que é do seu interesse cooperar com a liderança democrata, particularmente se quiser evitar um processo de impeachment imediato. É por isso que o vimos estender um ramo de oliveira aos democratas em suas declarações, comprometendo-se - de maneira bastante incomum - a trabalhar com a nova maioria democrata.

Valor: O resultado da eleição deste ano traz pistas sobre a corrida presidencial de 2028?

Main: Agora, haverá efetivamente

uma "bancada socialista" no Congresso, com ao menos oito socialistas democráticos. De modo amplo, a ala progressista de esquerda deve se tornar maior do que nunca, com bem mais de 100 membros. No entanto, muitos líderes estão mais alinhados às alas do partido associadas a [Bill] Clinton ou [Barack] Obama; e, no fim, serão eles que controlarão a agenda. Ainda assim, a pressão para se alinhar mais à pauta progressista deve aumentar.

Valor: Por quê? Main:

Em parte, porque muitos democratas -inclusive moderados - foram eleitos com base em pautas progressistas, como a oposição a intervenções militares no exterior, a resistência ao AIPAC [American Israel Public Affairs Committee] e a interesses neoconservadores, e a oposição à influência corporativa na política. Para manter os eleitores, muitos precisarão "colocar as palavras em prática" e ir além de um apoio meramente

retórico ou simbólico.

Valor: Esse novo Congresso pode impactar a relação dos EUA com outros países - incluindo da América Latina e, assim, o Brasil?

Main: É provável que vejamos Trump retirar os EUA de grande parte do cenário global, com pelo menos duas grandes exceções: o Irã, onde não aceita o que percebe como "derrota", e a América Latina, que busca dominar via intervencionismo econômico, diplomático e militar com o "Escudo das Américas". Não é por acaso que, no dia seguinte às eleições de meio de mandato, a Casa Branca publicou declaração afirmando: "A Doutrina Donroe está retomando o Hemisfério Ocidental". Nisso, Trump conta com apoio de Rubio, cuja trajetória política - assim como a da maioria dos políticos republicanos do sul da Flórida - está atrelada a tentativas de promover mudança de regime em Cuba e de frustrar governos e movimentos de esquerda na região.

"Onda azul" revive temores sobre IA e derruba Wall Street

"Investidores se deram conta de que retorno da IA pode não ser tão expressivo quanto se imaginava" Matt Maley

O otimismo em Wall Street após o Partido Democrata ter conquistado ambas as casas legislativas nas eleições de meio de mandato ("midterms") durou pouco. A "onda azul" reviveu os receios de uma desaceleração no desenvolvimento da infraestrutura de inteligência artificial (IA), desencadeou uma liquidação no setor de tecnologia que contaminou os mercados globais e jogou o índice Nasdaq em território de correção.

MICHAEL NAGLE/BLOOMBERG

Em Wall Street, sessão foi de tensão devido à desvalorização de ações de IA

A recepção do mercado aos resultados das midterms foi inicialmente positiva, ao reduzir as incertezas políticas e dar maior clareza aos investidores, levando as bolsas americanas a uma desempenho positivo na quarta-feira. O ânimo, contudo, durou pouco, e os primeiros sinais de incômodo apareceram durante a madrugada de quarta para quinta-feira nas bolsas asiáticas. O índice Kospi, da bolsa de Seul, um dos mercados mais sensíveis à tese de IA, perdeu 5,28%, afetado pelo tombo de mais de 7% das ações da Samsung Electronics e da SK Hynix.

O mau humor logo se espraiou para Wall Street e ganhou tração no início dos negócios à vista, levando o Nasdaq para o território de correção - quando o índice recua mais de 10% em relação ao pico mais recente - e os demais índices das bolsas de Nova York também despencaram.

O Nasdaq Composto, que puxou a correção nas bolsas, cedeu 5,52%, aos 24.315,00 pontos; o S P 500 recuou 4,36%, aos 7.353,73 pontos; e o Dow Jones caiu 3,44%, aos 51.523,06 pontos. O grau de contaminação afetou até mesmo setores ligados à economia real, como os de finanças e de consumo discricionário, que registraram dois dos melhores desempenhos na sessão de quarta-feira.

As perdas foram ainda mais visíveis nas ações de chips e semicondutores, refletidas na queda de 12,79% do ETF (fundo negociado em bolsa) da BlackRock para o segmento. Papéis de empresas importantes no setor ajudam a ilustrar o tamanho do mau humor: Nvidia perdeu 9,26%; AMD, 17,26%; Micron Technology, 17,46%; e CoreWeave, 9,83%.

A sessão contou com uma série de marcas negativas expressivas para o mercado americano. O Nasdaq apagou US$ 2,3 trilhões em valor de mercado, de acordo com dados da Bloomberg, e registrou o pior dia desde março de 2020, durante a pandemia. A percepção de risco também deu um salto em meio à liquidação de posições e o índice de volatilidade VIX, conhecido como o "termômetro do medo" de Wall Street, disparou 69,66% e terminou o dia negociado aos 28 pontos.

A divergência gritante entre as reações do mercado nos dois dias após as "midterms", segundo o estrategista-chefe de mercados da gestora americana Miller Tabak, Matt Maley, se deve ao fato de que, neste momento, os investidores estão repercutindo os efeitos do pleito nos fundamentos, e não somente o alívio pela redução das incertezas políticas. "Os investidores estão começando a se dar conta de que, além de o retorno [dos investimentos em IA] poder demorar mais para chegar, ele pode não ser tão expressivo quanto se imaginava antes."

Ao Valor, Maley diz entender que este pode ser um ponto de virada para a narrativa da IA para os mercados americanos. E, ainda que isso não signifique uma queda tão forte quanto no início dos anos 2000, quando a "bolha" da internet estourou, a correção nas bolsas pode chegar a 10% ou 15%, além de criar riscos de uma recessão nos Estados Unidos, considerando a forte participação dos investimentos em IA e do desempenho das bolsas no Produto Interno Bruto (**PIB**).

Essa correção nos mercados, segundo Maley, deve ocorrer também por uma série de fatores negativos para a IA e para a economia que ainda não tinham sido capazes de frear o avanço das bolsas: o aumento das taxas de juros; a piora nos mercados de crédito; o aumento dos spreads dos credit default swaps (CDS, uma medida do risco de calote) de empresas de tecnologia; os altos "valuations"; e a piora fiscal dos EUA.

"Existem alguns pontos que vêm preocupando as

pessoas há meses e, no último mês, todos eles acabaram se agravando. A tensão nos mercados de crédito, as preocupações com o retorno sobre o investimento e as incertezas geopolíticas se intensificaram", diz Maley. Por conta desses fatores, o estrategistachefe acredita que uma "recuperação em formato de V" seria difícil.

Há no mercado, porém, quem veja um cenário menos grave. O estrategista-chefe global do Citi, Dirk Willer, ressalta que a tendência para as bolsas americanas após as "midterms" e até o fim do ano é usualmente positiva. Sobre o financiamento de IA, a visão do banco é que data centers continuarão sendo erguidos, dada a forte demanda, embora o local e a forma como eles

serão construídos possam mudar, além de um ritmo mais lento.

"Sendo assim, certos segmentos do ecossistema tecnológico dos EUA ainda podem ter desempenho inferior ao do mercado", disse Willer, em nota a clientes. Ainda assim, com as preocupações em torno da IA ainda pairando sobre parte do setor de tecnologia, o Citi reiterou a preferência por posições no mercado europeu, visto que ele pode se beneficiar de forma mais direta da queda nos preços do petróleo e da menor pressão sobre os juros.

A aversão ao risco causada pela liquidação no setor de tecnologia também levou à busca por proteção. O rendimento da T-note de dois anos recuou de 4,589% para 4,471%, e o do papel de dez anos caiu de 4,839% para 4,889%.

Para os estrategistas de renda fixa

do BMO Capital Markets, não há uma convicção clara sobre até que ponto esse reajuste pode pressionar os "valuations" antes que um movimento de compra altere o sentimento em relação aos ativos de risco. "Por ora, evitamos nos posicionar contra a onda de vendas, dado que existem fundamentos que justificam uma reavaliação do ritmo de expansão da infraestrutura de IA."

A dinâmica no mercado de energia também foi negativa para os ativos de risco. O petróleo voltou a subir, em um movimento de correção de excessos após o tombo dos últimos dias. Em Londres, o barril do Brent com entrega para janeiro encerrou em alta de 3,88%, negociado a US$ 98,29 por barril.